



**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 8**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 8

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 8 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-101-5

DOI 10.22533/at.ed.015190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ROUSSEAU, MUITO ALÉM DO CONTRATO Mirela Teresinha Bandeira Silva Moraes DOI 10.22533/at.ed.0151904021	
CAPÍTULO 2	11
A FLUIDEZ DO “FICAR” ADOLESCENTE: BREVE NOTA NA PÓS-MODERNIDADE Solange Aparecida de Souza Monteiro Karla Cristina Vicentini de Araujo Carina Dantas de Oliveira Hamilton Édio dos Santos Vieira Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.0151904022	
CAPÍTULO 3	18
O PODER, A VIOLÊNCIA E A CRISE DA POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN Márcio Jarek DOI 10.22533/at.ed.0151904023	
CAPÍTULO 4	27
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO Antonio José Araujo Lima Eliane Maria Nascimento de Carvalho Nilza Cleide Gama dos Reis Ronaldo Silva Júnior Welyza Carla da Anunciação Silva DOI 10.22533/at.ed.0151904024	
CAPÍTULO 5	34
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E TERCEIRA IDADE João Manoel Borges de Oliveira Matheus Santos Medeiros Hugo Henrique Sousa de Lisboa Mariana Melo Mesquita de Siqueira Rener Rodrigo Pires Talita Neri Caetano de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.0151904025	
CAPÍTULO 6	45
PARADIGMAS DA ESTRUTURAÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO EPISTEMOFÍLICO INFANTIL Aline Aires da Costa Giovani Zago Borges Veruska Vitorazi Bevilacqua DOI 10.22533/at.ed.0151904026	

CAPÍTULO 7 52

PROTAGONISMO RESPONSÁVEL: A LÓGICA DO DEVER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, DO
PROFISSIONALISMO E DA LIDERANÇA

[Wílian Mauri Friedrich Neu](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904027

CAPÍTULO 8 62

SIGNO VERBAL E LUTA DE CLASSES: A ARENA DISCURSIVA DE TRÊS POSIÇÕES AXIOLÓGICAS
SOBRE O CORTE DE GASTOS NO GOVERNO TEMER

[José Ronaldo Ribeiro da Silva](#)

[Juliane Vargas](#)

[Carlos Sergio Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904028

CAPÍTULO 9 74

TEIAS DE DIÁLOGOS FEMININOS. A GRAPHIC NOVEL “BORDADOS” E A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS
MULTIMODAIS PARA UM ENSINO PROCESSUAL: DA ESCRITA À PRÁTICA SOCIAL

[Regimário Costa Moura](#)

[Felipe Marinho da Silva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.0151904029

CAPÍTULO 10 87

PROPOSIÇÕES ÉTICAS E ESTÉTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM A CRIANÇA
EM SITUAÇÃO DE RISCO, VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE SOCIAL

[Maria Aparecida Camarano Martins](#)

[Joelma Carvalho Vilar](#)

[Sheyla Gomes de Almeida](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040210

CAPÍTULO 11 93

PROPOSTA INVESTIGATIVA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO AUXILIADOR DA APRENDIZAGEM

[Made Júnior Miranda](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040211

CAPÍTULO 12 106

OS JOGOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
NA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

[Fillipi André dos Santos Silva](#)

[Sheila Saint Clair da Silva Teodósio](#)

[Soraya Maria de Medeiros](#)

[Ana Elisa Pereira Chaves](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040212

CAPÍTULO 13 112

OS RUMOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O EHPS

[David Budeus Franco](#)

DOI 10.22533/at.ed.01519040213

CAPÍTULO 14	118
PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA: IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maria Karoline Nóbrega Souto Dantas Lucivânia Maria Cavalcanti Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040214	
CAPÍTULO 15	125
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO–PRONATEC: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM	
Maria José Fernandes Torres Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares Fábio Alexandre Araújo dos Santos Ana Lúcia Sarmento Henrique Ilane Ferreira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.01519040215	
CAPÍTULO 16	138
REFLEXÕES ACERCA DA (IN) VISIBILIDADE DA CRIANÇA NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
Marcia Cristina Argenti Perez Estefânia Coelho Chicarelli	
DOI 10.22533/at.ed.01519040216	
CAPÍTULO 17	148
AGREGANDO SABOR AO TRABALHO DO MOVIMENTO CAMPONÊS: EMPREGO DO EXTRATO DE SEMENTE DE MORINGA NA TECNOLOGIA DE DERIVADOS LÁCTEOS FERMENTADOS	
Jaqueline Vaz da Silva Thyago Leal Calvo Ed Carlo Rosa Paiva Jupyrcyara Jandyra de Carvalho Barros	
DOI 10.22533/at.ed.01519040217	
CAPÍTULO 18	154
PENSAR, MOTIVAR E CRIAR COM A DIFERENÇA: CINEMA, ESCOLA E ALTERIDADE	
Andréa Casadonte Carneiro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.01519040218	
CAPÍTULO 19	162
PINTAR, DESENHAR, “ARTESANAR”: O ARTESANATO COMO PRODUÇÃO SIMBÓLICA ESTÉTICA DA LEITURA DO MUNDO POR CRIANÇAS	
Franciane Sousa Ladeira Aires	
DOI 10.22533/at.ed.01519040219	
CAPÍTULO 20	177
PROMOVENDO A ACESSIBILIDADE NO IMEPAC: AÇÕES COTIDIANAS FACILITADORAS DA CONVIVÊNCIA E COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS	
Ana Lúcia Costa e Silva Laurice Mendonça da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040220	

CAPÍTULO 21	185
PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 2000	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Ângela Kaline da Silva Santos	
Larissa dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.01519040221	
CAPÍTULO 22	194
OBJOR-MT - OBSERVATÓRIO DA ÉTICA JORNALÍSTICA EM MATO GROSSO: LEITURAS DE MUNDO, EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS E DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA	
Rafael Rodrigues Lourenço Marques	
Gibran Luis Lachowski	
Débora Muller Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.01519040222	
CAPÍTULO 23	207
A INFLUÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO SOCIAL NOS ESTUDOS SOBRE BRINQUEDOTECAS EM DIFERENTES CONTEXTOS: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR	
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.01519040223	
CAPÍTULO 24	215
A QUESTÃO DO DISCURSO OFICIAL SOBRE A PROPOSTA DE ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA INFANTIL NO BRASIL (2000-2010)	
Vanildo Stieg	
Regina Godinho de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.01519040224	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232

PROPOSIÇÕES ÉTICAS E ESTÉTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RISCO, VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE SOCIAL

Maria Aparecida Camarano Martins

Universidade de Brasília (UNB)

Brasília/DF

Joelma Carvalho Vilar

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Aracaju / SE

Sheyla Gomes de Almeida

Universidade de Brasília (UNB)

Brasília / DF

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão sobre uma educação que reconheça e se comprometa com as crianças em situação de risco, vulnerabilidade e invisibilidade social, as quais, além conviverem com todo um contexto social de exclusão e segregação em seus cotidianos, enfrentam em outras dimensões nos ambientes escolares. Denuncia-se essa realidade, com base no que garante a Constituição Federal de 1988, que reconhece a criança como sujeito de direitos. Com isso, torna-se relevante os estudos acerca do trabalho pedagógico na Educação Infantil, e que seja desenvolvido pro meio de processos educativos que busquem em suas relações e práticas, a indissociabilidade das ações de cuidar e educar, a promoção do desenvolvimento da integralidade humana de todas as crianças, indistintamente de sua condição socioeconômica. Com isso, buscar

meios de superação das circunstâncias de invisibilidade elas estão sujeitas no âmbito das instituições educativas. Destaca, a importância de estudos no campo da educação sobre outros caminhos pedagógicos, que provoquem reflexões e mudanças da ação educativa, levando a processos inclusivos, agregadores e humanizados, que viabilize condições para uma ampla ação cotidiana que proporcione as crianças uma educação fundada na dimensão ética e estética nas relações humanas com intencionalidade emancipadora, gestando o reconhecimento de todas elas como seres de possibilidades irrestritas, independente de sua condição social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Invisibilidade na educação; Integralidade Humana; Perspectiva Histórico Cultural.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que incluiu no capítulo da educação, Art. 208, inciso IV, que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até de 05 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988), dá-se no Brasil o reconhecimento social das crianças como sujeito de direitos.

Desde então, diversos fatores vêm reafirmando a importância desses espaços

educativos coletivos para o desenvolvimento integral das crianças, como os avanços na legislação brasileira, e a intensificação das pesquisas e publicações na área, em especial, após a sua inclusão como primeira etapa da Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996).

Assim sendo, fica ainda mais evidenciado o caráter educativo que se imprime nas creches e pré-escolas, o que torna relevante os estudos acerca do trabalho pedagógico na Educação Infantil que envolve a organização dos tempos, espaços, materiais e mobiliários apropriados a essa faixa etária. E nesse contexto, de especial relevância são as relações sociais estabelecidas entre as crianças e seus pares, e com os adultos que neles atuam em suas diferentes funções.

Como direito de todos, os processos educativos buscam ou deveriam buscar, na indissociabilidade das ações de cuidar e educar, a promoção do desenvolvimento integral de todas as crianças, indistintamente de sua condição socioeconômica, mesmo porque, no cumprimento do preceito constitucional do direito à educação, tomando como princípios o respeito, a equidade e a valorização social, ressalta-se o direito das crianças pequenas oriundas, em sua maioria, de classes sociais econômicas menos favorecidas, que se encontram em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social.

Evidencia-se dessa condição social de vulnerabilidade, a necessidade de imersão no universo das crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional, uma vez que esse grupo social tem tido seus direitos básicos ameaçados ou violados (BRASIL, 1988, art. 227), seja por ação ou omissão do Estado; seja pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis (BRASIL, 1990), crianças estas, que também são matriculadas nas instituições de Educação Infantil.

Torna-se relevante, estudos que se aproximem dessa realidade social em que se encontram essas crianças do contexto organizacional da Educação Infantil, que tragam a possibilidade de não só evidenciar, como também buscar meios de superação dessas circunstâncias de invisibilidade a que estão sujeitas no âmbito das instituições educativas, que não raramente, as concebem indisciplinadas e agressivas, conforme pesquisa realizada por Martins (2007) ao fazer uma análise, na perspectiva da qualidade, dos relacionamentos constituídos no trabalho pedagógico da Educação infantil envolvendo crianças abrigadas.

Cabe ressaltar desses estudos que nas relações estabelecidas entre adultos e crianças prevaleciam posturas de disciplinamento, submissão e controle de comportamento como estratégia para o controle físico e emocional das crianças.

E, ainda, as atividades pedagógicas desenvolvidas eram previamente planejadas pelas professoras e pareciam não corresponder aos tempos, interesses e necessidades das crianças, contrariando ainda hoje o que Pestalozzi já afirmava desde o Século XIX, conforme nos lembra Manacorda, de que a curiosidade infantil e o interesse das crianças pela aprendizagem deveriam servir “como base para qualquer intervenção, (seja) da mãe ou do professor” (2010, p. 319).

Perspectiva essa que implica o que Freire (2014, p. 142), denomina de “prática

“bancária” de educação, antidialógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele (...), estabelecendo-se assim no contexto educativo, um distanciamento da realidade em que as crianças vivem e, que, portanto, não lhes despertam nenhum interesse.

Isso posto, subordina-se a esses espaços uma educação “não comunicativa”, como ressalta o referido autor, “que não comunica. Faz comunicados” (FREIRE, 2014, p. 123), e que ainda hoje prevalece nas instituições de Educação Infantil, com atividades “planejadas” sem se levar sequer em consideração a história, o contexto social e a própria condição de vulnerabilidade social em que se encontram essas crianças. Condição essa que se torna ‘naturalizada’ e impede que elas sejam reconhecidas como seres humanos de possibilidades, uma vez que ainda persiste fortemente no imaginário social a perspectiva de crianças de classes menos favorecidas adjetivadas de carentes, como seres de falta ou determinadas pelas suas condições socioculturais.

Pressupõe-se que essa invisibilidade a que estão sujeitas essas crianças no contexto de educação, esteja relacionada ao caráter hegemônico do neoliberalismo exacerbado da nossa sociedade capitalista, que não se alinha a uma perspectiva de educação transformadora, de inclusão social e de visibilidade aos menos favorecidos. De outra perspectiva, estariam as concepções pedagógicas contra-hegemônicas, que fomentam a constituição de uma educação humanizadora, baseada no respeito, na individualidade infantil e no exercício da alteridade nas relações interpessoais nos espaços educativos, das quais ressaltamos as vertentes, libertadora e histórico-crítica, bem como à psicologia histórico-cultural de Vigotski.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o desenvolvimento de processos pedagógicos que viabilizem um olhar e escuta atenta, particular e sensível de cada criança e destas em movimentos coletivos como se configura, por exemplo, o espaço escolar, mediatizados prioritariamente pelo diálogo. Pode vir a viabilizar ações e processos educativos desenvolvidos em comunhão, uns com os outros, educadores, educandos, comunidade, afinal, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2011, p. 95) e entende-se que estes movimentos humanos podem ser realizados desde a educação infantil, de forma a proporcionar uma educação de “ser mais”, de humanizar-se desde a tenra infância.

Essa idéia converge com a concepção de Vigotski (2004), quando discorre sobre a natureza e à essência do processo educacional, quando afirma que,

[...] o comportamento do homem é formado pelas peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento. [...] Nesse caso aparece com plena evidência o fato de que esse novo sistema de reações é inteiramente determinado pela estrutura do meio onde cresce e se desenvolve o organismo. Por isso toda educação é de natureza social, queira-o ou não. Vimos que o único educador capaz de formar novas reações no organismo é a sua própria experiência. É por isso que a experiência pessoal do educando se torna a base principal do trabalho pedagógico (VIGOTSKI, 2004, p. 63).

Base esta, ainda pouco considerada, menos ainda utilizada, à medida que se priorizam e propagam nos espaços educativos, processos pedagógicos padronizados, que difundem uma cultura restrita, homogeneizantes, que se movem no sentido “de controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo. (FREIRE, 2011, p. 91). De fato, tal posicionamento inibe o poder de criação e atuação da criança.

Daí a importância de estudos no campo da educação sobre outros caminhos pedagógicos que intencionem uma educação do ser humano em sua integralidade, que provoquem reflexões e mudanças da ação educacional, levando a processos e relações humanas inclusivas, agregadoras e humanizadas, gestando o reconhecimento de todas as crianças como seres de possibilidades irrestritas, independente de sua condição social.

Da mesma forma, a importância de atenção à condição de invisibilidade a que estão sujeitas crianças em situação de acolhimento sob a guarda da justiça, que se tornam estigmatizadas nas instituições educativas, que acabam reproduzindo o que elas vivenciam em contextos sociais mais amplos da nossa sociedade.

Nessa perversa política neoliberal assentada no viés mercadológico de uma sociedade capitalista, infere-se que as pessoas são “medidas” em conformidade com suas condições socioeconômicas. Então, as crianças que se encontram em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social, cujos pais também se assujeitam, são reconhecidas pelo que elas não têm, e não como seres em processo de desenvolvimento, de humanização, como é o nosso foco, uma vez que estamos nos referindo a essas crianças como seres histórico-culturais de possibilidades.

Na conjuntura em que se estabelece uma política neoliberal que “nega os homens na sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se” (FREIRE, p.101), torna-se urgente criar olhares e ações embasadas em perspectivas de educação “libertadora” e ao trabalho educativo instituído na pedagogia histórico-crítica, “como a produção em cada indivíduo singular, da humanidade que é produzida pelo conjunto dos homens ao longo da história” (SAVIANI, 2013, p. 250).

Para além do reconhecimento da Educação Infantil como um direito social, depreende-se desse cenário que as práticas educativas experienciadas pelas crianças no cotidiano dessas instituições, possam emergir de seus interesses atrelados à realidade atual, que se consubstanciam em preocupações que “são alimentadas pela vida exterior, pelo meio social (...) assim sendo, o conteúdo depende completamente dos fenômenos exteriores da existência e, antes de tudo, dos que resultam das relações sociais estabelecidas entre os homens” (PISTRAK, 2000, p. 39).

Vislumbra-se assim um aceno à possibilidade de se romper com a prevalência das práticas pedagógicas “planejadas” e padronizadas comumente instituídas ainda hoje nesses contextos educativos, e nesse viés “A escola tem restringido a atividade criadora da criança ao estabelecer temas que não são de seu interesse, que não provocam a imaginação e a criação” (MARTINEZ, 2015, p.19).

Considerando então, que tais práticas conjugam-se aos interesses das crianças e

estão atreladas à realidade atual, ao contrário do que temos evidenciado, possibilitarão uma ampliação da atividade criadora, uma vez que segundo Martinez (2015), a experiência é a base da imaginação, que, por sua vez, é a base da atividade criadora.

Tanto é que a autora afirma: “quanto mais experiências a criança tiver, mais material ela terá para imaginar e criar. Assim, para a criança criar algo, primeiro precisa experimentar e depois imaginar, para em seguida, concretizar sua imaginação por meio do ato criador” (MARTINEZ, 2015, p.19).

Perspectivas como essas se alinham, ao nosso entendimento, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, ao conceberem a criança,

[...] sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

Está intrínseco aí, os papéis e o lugar, tanto dos educandos quanto dos educadores, e também, dos sentidos, objetivos e valores a serem desenvolvidos epistemologicamente no campo da educação e da pedagogia. Com isso, fica evidente a deturpação das práticas hierárquicas e da idéia de “passividade do aluno como subestimação da sua experiência pessoal” (VIGOTSKI, 2004, p. 64), estabelecidas nos processos educacionais. O reconhecimento dos potenciais de cada indivíduo, perpassa pelo conhecimento das diversas dimensões que o constitui, tornando-se condições prioritárias e essenciais para pensar e agir, para o seu desenvolvimento e do seu meio social. Delineia-se então uma educação fundada na dimensão ética e estética nas relações humanas com intencionalidade emancipadora.

Como indica Vigotski (2004, p. 65), “educar significa, antes de mais nada, estabelecer novas reações, elaborar novas formas de comportamento”. E se se pretende tratar de inclusão, fazer ter visibilidade todas as crianças que acessam o ambiente escolar, indistintamente e independente da classe social a qual pertence cada uma delas, culturalmente estabelecidos na sociedade, o que não as determina, ou não deveria, mas ocorre diante de ideários sociais cristalizados que geram exclusão e segregação dessas crianças, motivadas por concepções deterministas. Por isso, fazem-se necessárias, mudanças nos processos educacionais que expressam “incongruência psicológica” para assumir intencionalidades pedagógicas centradas em proposições éticas e estéticas das relações educativas.

Nesse sentido, os processos educativos devem ser organizados de tal forma que não se eduque o aluno, mas o próprio aluno se eduque. Devem ser orientados a não reduzir o processo de ensino e aprendizagem à percepção passiva das prescrições e ensinamentos do mestre pelo aluno (VIGOTSKI, 2004). Desse modo uma educação ética e estética, com viés emancipador, propõe-se por meio de um redimensionamento da posição dos sujeitos educativos e que compreendam que,

O processo de educação deve basear-se na atividade pessoal do aluno, e toda a arte do educador deve consistir apenas em orientar e regular essa atividade.

[...] reconhecemos para o mestre um valor imensuravelmente mais importante. Do ponto de vista psicológico, o mestre é o organizador do meio social educativo, o regulador e controlador da sua interação com o educando. Se o mestre é impotente para agir imediatamente sobre o aluno, é onipotente para exercer influência imediata sobre ele através do meio social. O meio social é a verdadeira alavanca do processo educacional (VIGOTSKI, 2004, p. 65).

Essas ideias abrem caminhos para refletir sobre perspectivas de educação que olhem para o indivíduo em sua integralidade e de forma integradora ao seu meio social. E que atenda ao imperativo de uma educação comprometida com a criança em situação de risco, vulnerabilidade e invisibilidade social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília. Publicado no Diário oficial da União em 1988.
- _____. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 50 ed. rev. atual.
- _____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.
- MARTINS, Maria A. Camarano. **Os relacionamentos constituídos no trabalho pedagógico da Educação infantil envolvendo crianças abrigadas: uma análise em busca do sentido da qualidade**. Brasília – DF, 2007. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
- MANACORDA, Mario Alighiero, **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINEZ, Andréia Pereira de Araújo. **A Criança, a Escola e a Educação Estética**. In: PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. *A Escola e a Educação Estética (Orgs)*. Curitiba, PR: CRV, 2015, p. 15-23.
- PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Infância e pedagogia histórico-crítica**. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. *Infância e pedagogia histórico-crítica (Org.)* – Campinas, SP: Autores Associados, 2013, pp.247-280.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. Tradução: Paulo Bezerra. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-101-5

